



Da esquerda para a direita: Ana Bettencourt e Luiz Fagundes Duarte.

SESSÃO DE ABERTURA

LUIZ FAGUNDES DUARTE ¹

Em nome da Assembleia da República e da Comissão de Educação e Ciência, tenho o prazer de apresentar as boas-vindas a todos aqueles que quiseram participar nesta Conferência *Que currículo para o século XXI?* Cumprimento, de forma especial, a Senhora Professora Ana Maria Bettencourt, Presidente do Conselho Nacional de Educação, assim como o nosso primeiro conferencista convidado, M. Claude Thélot, que dirigiu em França o grande Debate Nacional sobre Educação, o Professor João Sebastião, professor da Escola Superior de Educação de Santarém, que irá comentar o primeiro painel, e, naturalmente, a Deputada Manuela de Melo, membro da Comissão de Educação e Ciência e coordenadora do Grupo de Trabalho que está a ocupar-se das matérias que têm a ver com os currículos escolares.

Esta é uma preocupação nossa desde há vários anos. Cada vez mais entendemos que nunca tivemos escolas de tão boa qualidade, nunca tivemos professores com tanta qualificação, nunca tivemos também uma sociedade com alunos com tão boas condições de trabalho como actualmente e, no entanto, continuamos a ter problemas graves de abandono e de insucesso escolar.

Por isso, um dos elementos que achamos que é preciso discutir entre nós, em termos de escola pública, é exactamente os currículos escolares. O que é que nós, Estado português, o que é que nós sociedade portuguesa, entendemos que deve ser transmitido às nossas crianças e jovens nas escolas públicas?

A Comissão de Educação e Ciência, para além do seu trabalho normal legislativo, de discussão de diplomas de várias iniciativas, seja do Governo, seja dos grupos parlamentares, tem-se preocupado em trazer à discussão, e trazer aqui a esta casa, especialistas, personalidades das mais variadas áreas relacionadas com a educação, para connosco discutirem, nos darem ideias que possam contribuir para que o nosso papel parlamentar seja de facto útil. Nós não estamos aqui a trabalhar pelo Governo, não estamos aqui a trabalhar contra o Governo, estamos aqui a trabalhar em nome da população portuguesa que nos elegeu e, sobretudo, em nome das nossas preocupações que, esperamos nós, em matéria de educação, sejam preocupações de todos os portugueses.

Neste momento, por exemplo, está em discussão nesta casa, na Comissão de Educação, o diploma do novo Estatuto

do Aluno, que mereceu várias propostas de alteração oriundas de diversos grupos parlamentares, de professores e de diversas instituições.

Temos aqui hoje algumas personalidades que nos vão apresentar as suas ideias sobre o tema geral desta Conferência. Não vou adiantar mais sobre isso. A Senhora Professora Ana Maria Bettencourt, enquanto Presidente do Conselho Nacional de Educação, que é co-organizador desta Conferência, e enquanto especialista reconhecida na matéria, que muito nos honra quando colabora com a Comissão de Educação, apresentará, naturalmente, ideias mais concretas no que diz respeito ao trabalho que resulta da intervenção do Conselho Nacional de Educação.

A Deputada Manuela de Melo também gostará de dirigir algumas palavras na sua qualidade de organizadora aqui na casa e de responsável pelo Grupo de Trabalho que se ocupa destas matérias. O Professor Claude Thélot, no primeiro painel, apresentar-nos-á de certeza, com muito proveito para nós, os resultados e as ideias, a doutrina que terá saído do Debate Nacional que decorreu em França.

Os trabalhos decorrerão durante todo o dia e no fim, como está anunciado, os vários grupos parlamentares apresentarão as suas perspectivas, quer no que diz respeito ao que aqui foi tratado, quer no que diz respeito às ideias que cada grupo parlamentar, cada partido, traz na sua história e na sua actuação sobre estas matérias.

Desejo bons trabalhos a todos e, sobretudo, que nos tragam contributos muito válidos, porque embora se diga muitas vezes que os Deputados e o Parlamento estão afastados da população, no que diz respeito à Comissão de Educação isso não acontece. Os nossos Deputados têm andado a percorrer o país inteiro, a visitar escolas de todo o país, temos dado uma atenção especial às escolas consideradas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), e também no que diz respeito à educação especial. Enfim, a todos aqueles aspectos concretos, muito específicos e extremamente fracturantes, como sói dizer-se actualmente, no que diz respeito ao sistema educativo português e à sociedade em que ele se integra.

Por isso, todos os contributos serão bem-vindos, porque de certa maneira serão confrontados com a experiência que todos nós enquanto Deputados temos adquirido no território, no nosso percurso, na nossa peregrinação não *ad loca infecta*, mas a escolas que trabalham com grande proveito e com o esforço de muitos professores e de outros profissionais da educação a quem também agradeço.

ANA MARIA BETTENCOURT ?

Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência,

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores conselheiros do Conselho Nacional de Educação, Senhoras e Senhores Participantes nesta conferência e Convidados.

Quero agradecer o convite da Comissão de Educação e Ciência ao CNE para organização conjunta desta Conferência. Atribuímos a maior importância à colaboração entre as nossas instituições.

Nunca será demais lembrar que o presidente do CNE (neste caso, a presidente) é eleito pela AR. Permitam-me que sublinhe a importância deste facto como base de independência, potenciada igualmente pela composição do Conselho, que integra representantes dos vários sectores sociais, políticos, profissionais, associativos e científicos, ligados à educação.

O currículo é uma área essencial da política educativa e, por isso, a intervenção da Assembleia da República é da maior importância. O currículo, e em especial o conjunto de conteúdos, capacidades e atitudes que se considera indispensável aprender na escola, constitui uma dimensão fundamental da política educativa do País e, por isso, atribuímos a maior relevância à intervenção do Parlamento nesta matéria.

O Conselho Nacional de Educação também decidiu assumir o currículo como uma das áreas essenciais da sua actuação, tendo criado uma comissão permanente dedicada a esta área, na sequência da recente revisão do seu Regimento interno. Esta comissão, coordenada pela Conselheira Maria Emília Brederode Santos, que no final apresentará as conclusões desta Conferência, tem vindo a acompanhar os grupos de trabalho nomeados pelo Ministério da Educação para o reajustamento dos currículos. Trata-se de um importante desafio que o CNE seguirá com todo o interesse e sobre o qual se pronunciará após apreciação pelos seus órgãos.

Não é possível falar hoje de um currículo nacional sem ter em consideração os compromissos e desafios colocados pelo Tratado de Lisboa, actualizados pelas metas para 2020, assim como os que decorrem da adesão ao Processo de Bolonha e da participação nas metas 2021 definidas pela união dos países ibero-americanos. O CNE está a acompanhar todos estes compromissos, através de uma comissão coordenada pelo Conselheiro Bártolo Paiva Campos.

Este é um momento decisivo em que vários países no mundo se questionam e estudam reformas capazes de tornar a educação mais equitativa e com maior qualidade.

Os estudos PISA têm contribuído para que se identifiquem vias para essas transformações.

Gostaria de enunciar algumas questões que surgem quando reflectimos sobre o currículo:

O que se pretende que os alunos aprendam na escola? Que competências (conhecimentos, atitudes e capacidades) queremos que desenvolvam? Que transformações no currículo e na sua gestão são necessárias para permitir que a escola funcione de modo inclusivo e seja capaz de actuar aos primeiros sinais de dificuldade? Num mundo de grandes incertezas, como preparar os cidadãos para fazerem face ao futuro? Como pode a educação actuar para que os jovens estejam mais preparados para enfrentar a instabilidade no trabalho e na sociedade?

Num mundo em que as instituições tradicionais evoluíram assumindo novas formas de funcionamento, a escola também alargou a sua esfera de acção, esperando-se que assegure o acesso das novas gerações a um património essencial de conhecimentos. A evolução da ciência e das tecnologias de informação colocam novos desafios à formação dos jovens, designadamente no plano ético. É imperioso repensar a escola de modo a torná-la capaz de formar cidadãos aptos a compreender o mundo que os rodeia e de participar plenamente na sociedade. Também neste plano o Conselho acompanha o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação.

Estas são questões essenciais para a definição de um currículo para o futuro. Um currículo que assente numa base comum a todo o país, com abertura aos desafios internacionais. Esse currículo não deverá contudo ser encarado apenas como algo uniforme, exclusivamente definido ao nível central.

O Professor Claude Thélot dá-nos a honra da sua presença nesta Conferência para nos falar dos desafios que a sociedade de hoje coloca à escola e do *socle commun*, definido na sequência de um grande debate realizado em França, que estabelece um conjunto de conhecimentos e de competências básicas que os alunos deverão possuir no final da escolaridade obrigatória. O professor João Sebastião, profundo conhecedor do contexto português, comentará a sua apresentação.

A democracia tornou possível o alargamento da base social da escola, permitindo o acesso a alunos provenientes de meios sociais e culturais muito diversificados. A heterogeneidade e complexidade daí decorrentes colocaram novos desafios aos professores exigindo diferentes práticas pedagógicas e maior autonomia e capacidade de as utilizar. Há hoje um novo mandato para a escola, mais centrado na organização das aprendizagens do que na transmissão dos conteúdos, o que implica uma evolução nos paradigmas curriculares que teremos de considerar.

São múltiplos os desafios que se colocam à educação, de que nos falarão os professores António Câmara e Carlinda Leite.

Por outro lado, pede-se à escola que responda cada vez mais pelas aprendizagens de todos os alunos e pelo desenvolvimento das suas competências. O currículo deve viabilizar um diferente modelo de escola onde todos aprendam e, para tal, tem de permitir a adaptação das propostas curriculares aos contextos da escola e da turma.

Existem hoje em Portugal muitas situações que são o testemunho de como é possível existir uma escola onde todos aprendem. Escolas que encontraram processos de diferenciação pedagógica e de percursos educativos. E, ao contrário do que se afirma com frequência, nessas escolas os alunos trabalham muito, trabalham mais durante os tempos lectivos e, como consequência, aprendem mais. E a pedagogia é aí o elemento essencial.

Da pedagogia, tão decisiva para prestigiar os professores e as escolas, falar-nos-á o Professor António Nóvoa cuja intervenção será comentada, em seguida, pelo professor Sérgio Niza, Conselheiro do CNE.

A organização da escola para que todos aprendam é essencial e dela ouviremos falar o Professor Joaquim Azevedo, Conselheiro e responsável pela comissão do CNE que se dedica ao estudo dos percursos escolares e qualificantes.

Da experiência de Espanha vai falar-nos a Presidente do *Consejo Escolar del Estado*, Carmen Maestro, a quem agradeço profundamente a disponibilidade para estar aqui hoje e mais esta preciosa colaboração.

A todos os intervenientes o nosso profundo agradecimento. Um agradecimento muito especial às Senhoras e Senhores Deputados que integraram o Grupo de Trabalho que preparou esta Conferência e à sua coordenadora, a Senhora Deputada Manuela Melo.

A terminar, gostaria de exprimir a disponibilidade e interesse do Conselho Nacional de Educação para prosseguir, através de outras iniciativas, esta tão valiosa colaboração com o Parlamento. Para que seja possível reforçar a mobilização em torno da escola e do que queremos que nela se aprenda. Para que as reformas curriculares sejam mais conhecidas, debatidas pelos parceiros educativos e pela sociedade em geral.

As nossas sociedades têm uma dívida para com os cidadãos que, por razões várias, ficaram fora da escolaridade. Porque desistiram e não foram capazes de acompanhar a escola ou porque a escola desistiu deles. O nosso país necessita de uma escola onde estas situações não se repitam e onde se obtenham melhores resultados.

O currículo e o modo como é gerido podem ser decisivos nesse processo!

Precisamos que se desenvolva uma responsabilidade social alargada em torno da construção de uma escola onde todos aprendam, uma escola que contribua de modo decisivo para o desenvolvimento social, económico e cultural do país.

Porque as pessoas são a nossa maior riqueza.

¹ Presidente da Comissão de Educação e Ciência.

² Presidente do Conselho Nacional de Educação.